

A PRÁTICA ARQUIVÍSTICA E O IMPULSO DA HISTORIOGRAFIA

Ieda Pimenta BERNARDES*

“A transformação da arquivística é o ponto de partida e a condição de uma nova história.”

Michel de Certeau

Numa palestra na UNICAMP, em 1991, a especialista espanhola em Arquivologia Vicenta Cortés Alonso advertia que os arquivistas precisavam superar uma certa inclinação por escrever pouco, em decorrência de um ideal de perfeição suprema. Essa inclinação pode, de fato, ser comprovada quando buscamos uma bibliografia sobre a história da Arquivologia no Brasil. Apenas alguns artigos, de circulação restrita, intentaram recuperar fatos ou aspectos significativos dessa trajetória que, de um ponto de vista científico, não tem mais do que 25 anos.

Daí a necessidade, quase didática, de se reconstituir esse percurso ainda que apenas sistematizando dados ou recuperando informações consideradas relevantes no processo. Esse trabalho, portanto, apresenta-se como um roteiro sucinto das realizações mais marcantes na área da arquivologia e algumas de suas repercussões no campo da pesquisa histórica, desenvolvida especialmente em São Paulo.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, é considerado um marco na história da historiografia brasileira. No artigo 1º dos seus Estatutos, ficou definido que o objetivo principal do Instituto era “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos

(*) Doutoranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Chefe da Seção Técnica de Estudos e Pesquisas do Arquivo Histórico do Município de São Paulo.

necessários à história ou geografia do Império do Brasil”¹. Pelas intenções que deveriam orientar suas atividades recolher, organizar e divulgar documentos - pode-se dizer que o Instituto foi pioneiro, não apenas da pesquisa histórica, como também do trabalho arquivístico no país, quando não se cogitava, ainda, dos princípios e métodos da arquivística moderna. Desde a segunda metade do século XIX, o “respeito aos fundos” já era considerado o princípio fundamental da Arquivística². No Brasil, entretanto, essa orientação teórica tem se incorporado muito lentamente ao tratamento das fontes.

Os historiadores brasileiros, no século passado, estiveram muito comprometidos com as questões arquivísticas, não apenas porque o exercício de seu ofício demandava a localização, recolhimento (ou cópia) e organização da massa documental, mas também porque acreditavam que somente uma história amplamente documentada poderia conquistar seu próprio território, peculiar e inconfundível, entre as demais Ciências. A uma necessidade empírica somou-se uma convicção teórica. Inspirados na máxima positivista “pas de document, pas d’histoire”, os sócios do Instituto trataram de realizar excursões científicas em vários países europeus, estabelecer contatos com instituições estrangeiras diversas e incentivar a organização dos Institutos Históricos Estaduais, a fim de identificar os documentos depositados em cartórios e arquivos locais, assim como, em mãos de particulares.³

Não por acaso, o Arquivo Nacional passou a funcionar também em 1838, apesar de ter sido criado pela Constituição de 1824. O programa editorial do Arquivo Nacional, contudo, foi iniciado pelo diretor Joaquim Pires Machado Portela, em maio de 1886, com a publicação do **Catálogo das cartas regias, provisões, alvarás, portarias etc. de 1662 a 1821**. As publicações iniciais integram a série **Publicações do Archivo Publico do Imperio**, denominada, sucessivamente, **Publicações do Archivo Publico Nacional**, **Publicações do Archivo Nacional** e **Publicações Históricas**.⁴

(1) Cf. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1(1), 1º trim., 1839.

(2) Cf. Michel DUCHEIN - O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**. R. J., v. 10-14, nº 1, abril 1982/ago. 1986, p. 14. O princípio do “respect des fonds” consiste, basicamente, em se agrupar documentos de uma mesma origem (instituição ou pessoa), sem que se misturem aos de origem diversa.

(3) Para um histórico pormenorizado da atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos Estaduais, consultar José Honório RODRIGUES - **A pesquisa histórica no Brasil**, 4ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1982 (Brasiliana, Grande Formato, v. 20), segunda parte.

(4) O levantamento sistemático das publicações do Arquivo Nacional consta do catálogo **Publicações do Arquivo Nacional (1886-1990)**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1991 (Instrumentos de Trabalho, 17).

Em São Paulo, o Arquivo do Estado nasceu como Arquivo Público por lei provincial de 1842. No entanto, somente 50 anos depois, em 1892, é que foi criada a **Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado**, subordinada à Secretaria do Interior.⁵

Não obstante a existência oficial dessas instituições, foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que forneceu a contribuição mais significativa à pesquisa histórica durante o século XIX. Note-se, por exemplo, a monumental **História Geral do Brasil** (1854), produto das exaustivas pesquisas que Varnhagen desenvolveu como correspondente do Instituto, em inúmeros arquivos da Espanha, Portugal, França e Holanda. Isso sem mencionar, as mais diversas pesquisas empreendidas pelos demais colaboradores que tinham à disposição um veículo eficiente de divulgação, a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**.

Um conjunto de iniciativas oficiais, no final do século, desencadeou, em São Paulo, um processo inusitado de divulgação de fontes históricas que teve repercussões decisivas na historiografia paulista. Nesse sentido, a análise das contribuições dos Arquivos Públicos de São Paulo à renovação dos estudos históricos tangencia, necessariamente, suas realizações no setor de edição de fontes.

Com a impressão de um documento denominado **A Bernarda de Franciso Inácio**, em 1894, Antonio de Toledo Piza, Diretor da **Repartição de Estatística e Arquivo do Estado**, e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado no mesmo ano, deu início à primeira publicação sistemática e ordenada de fontes no Brasil, os **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. Essa publicação, composta em grande parte por correspondências e ofícios dos Governadores e Capitães-Generais da Capitania de São Paulo, prosseguiu, ininterruptamente, até 1903, totalizando 43 volumes⁶. Esse foi, segundo

(5) Criada pelo Decreto nº 30, de 10 de março de 1892. O Decreto nº 124, de 11 de novembro do mesmo ano, regulamentou suas atividades. Em seu artigo 1º definiu como fim da Repartição: "Incumbir-se de todos os trabalhos estatísticos que possam aproveitar ao exato conhecimento das condições físicas, econômicas, industriais, comerciais, políticas, administrativas, morais e intelectuais do Estado de S. Paulo; e da guarda de documentos e papéis, oficiais ou não, que interessam, sob qualquer ponto de vista, à história de S. Paulo, em especial, e do Brasil, em geral, dando-lhes a máxima publicidade". Para um histórico pormenorizado do Arquivo do Estado, consultar Antonio Barreto do AMARAL - **O Departamento do Arquivo do Estado e a sua história**. São Paulo, Secretaria da Cultura/Arquivo do Estado, 1974.

(6) A publicação foi retomada somente em 1915 e, com certa regularidade, atingiu um total de 95 volumes, o mais recente de 1990. Essa série aparece, do volume 1 ao 54, com o título **Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**.

o historiador Antonio Barreto do Amaral, o ciclo áureo das publicações do Arquivo do Estado.⁷

A atuação de Toledo Piza incentivou a pesquisa e sensibilizou, em alguma medida, as autoridades paulistas para a importância de se recolher e divulgar os documentos de valor histórico. Exemplos disso é que foram impressos nas oficinas do **Diário Oficial** os volumes da **Chronologia Paulista**, de José Jacintho Ribeiro⁸ e, a seguir, o governo mandou remover para o Arquivo Público do Estado, todos os papéis, autos e livros existentes nos cartórios dos escrivães de notas, anteriores ao século XIX⁹. Entre os historiadores, seu trabalho transformou-se em referência básica para novos empreendimentos na área. É o que se verifica numa carta de Capistrano de Abreu para Afonso d'Escagnolle Taunay:

“Piza imprimiu muita cousa mas morreu e depois dêle quase nada mais se tem feito. Bem poderia você estimular os seus amigos do Governo a impulsionar tão útil série. S. Paulo precisa mexer-se! Há tanta cousa a fazer! Pena foi que Piza tivesse quase sempre muito poucos recursos, pois sabia trabalhar deveras. Deixou excelente base com os seus 40 [?] volumes de **Documentos Interessantes**”.¹⁰

Por outro lado, o Arquivo Municipal, no início desse século, era apenas mais um arquivo geral responsável pela guarda de documentos de todas as épocas, relativos à Cidade de São Paulo, sem a distinção, comum hoje em dia, entre documentos históricos, ou de valor permanente, e documentos correntes, de valor administrativo¹¹. A primeira iniciativa do poder municipal para a publicação de documentos do Arquivo remonta ao ano de 1895. Outras tentativas foram empreendidas em 1898 e 1902 mas, somente em 1904, teve início o trabalho de transcrição paleográfica das **Atas**

(7) O levantamento sistemático das publicações do Arquivo do Estado, de 1894 a 1980, consta do **Catálogo das publicações do Arquivo do Estado**. São Paulo: Secretaria da Cultura/Edições Arquivo do Estado, 1984.

(8) José Jacinto RIBEIRO - **Chronologia Paulista** - relação histórica dos factos mais importantes ocorridos em São Paulo desde a chegada de Martim Affonso de Souza a São Vicente até 1898. São Paulo, Diário Oficial, 1899-1901, 2 v. em 3. A impressão da obra foi autorizada pela Lei nº 594, de 5 de setembro de 1898.

(9) Lei nº 666, de 6 de setembro de 1899.

(10) Carta de Capistrano a Taunay, de março de 1917. In: José Honório RODRIGUES (org.) - **Correspondência de Capistrano de Abreu**, vol. I. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 280, 281.

(11) Cf. Eduardo J. M. do NASCIMENTO - O Arquivo Histórico Municipal "Washington Luis". **Revista do Arquivo Municipal**, nº 191, ano 41, 1978, p. 14.

da **Câmara de Santo André da Borda do Campo** (1555-1558) e de **São Paulo** (1562-1826), com a contratação de Francisco de Escobar, trabalho este que perdurou até por volta de 1910.

Entretanto, somente em 1914, no governo Washington Luís, a publicação foi iniciada, com a contratação do paleógrafo Manuel Alves de Souza. A partir de 1917, o prefeito autorizou a publicação de uma nova série documental, o **Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo**. Ao todo, foram publicados 82 volumes de Atas (1555-1826) e 38 volumes de Registro Geral (1583-1863).

Esse trabalho de edição de fontes prosseguiu na **Revista do Arquivo Municipal** desde seu lançamento, em 1934, até por volta de 1957, quando a publicação de documentos históricos foi interrompida. Nela foram publicadas longas sequências de **Ordens Régias**, de 1700 a 1757, documentos diversos encadernados na **Coleção Papéis Avulsos**, de 1714 a 1825, e **Atos Oficiais**.

Em seu primeiro volume, de junho de 1934, a **Revista** definiu seu programa editorial, apresentando seu objetivo como sendo o de "vulgarizar, ao lado de trabalhos de bons autores, numerosos documentos antigos relativos aos paulistas - e quase todos inéditos, tornando-se, assim, em realidade, uma velha aspiração da Diretoria do Protocolo e Arquivo da Prefeitura". E, no volume XII, em maio de 1935, quando comemorava um ano de existência, a **Revista** foi mais incisiva, afirmando ter cumprido a risca o seu objetivo, qual seja, a "publicação de antigos livros e antigos documentos avulsos no arquivo da Prefeitura".

Em 1937, a Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura da Cidade iniciou a publicação de nova série documental, as **Cartas de Datas de Terra**, que totalizam 20 volumes.¹²

Ao assumir o governo estadual, Washington Luís desencadeou o segundo surto de publicações no Arquivo do Estado com a impressão, a partir de 1920, dos autos de **Inventários e Testamentos**¹³, reunindo documentos cartoriais de 1578 a 1750. Também esse trabalho de transcrição e impressão, ficou por conta de Manuel Alves de Souza e, em 1921, 27

(12) Publicação da Sub-Divisão de Documentação Histórica da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura. A série reuniu, em 20 volumes, publicados de 1937 a 1940, documentos de 1555 a 1863.

(13) Essa série apresenta, do volume 1 ao 29, o subtítulo "papéis que pertencem ao 1º Cartório de Órfãos da Capital". A publicação foi retomada em 1937 e prosseguiu em intervalos irregulares, alcançando um total de 45 volumes, o mais recente de 1994.

volumes haviam sido publicados. Por determinação do Presidente do Estado, no mesmo ano, o Arquivo publicou 2 volumes de *Sesmarias*¹⁴, e, em 1923, teve início a publicação dos **Documentos Avulsos de interesse para a História e Costumes de São Paulo**, com predominância de documentos da Igreja e dos Capitães-Generais do período colonial.¹⁵

De fato, a edição de fontes sempre foi uma atividade clássica do arquivista, especialmente a partir do século dezenove, marcadamente influenciado pelo movimento romântico e pelo nacionalismo exacerbado. A construção das nacionalidades pressupunha esse trabalho de recuperação das origens. Daí a relevância das instituições arquivísticas e das monumentais edições de fontes realizadas pelos países europeus, apresentando introdução erudita, crítica textual e notas explicativas.¹⁶

Embora mais modestas, as nossas edições de documentos históricos foram vitais no processo de construção do conceito de nação, estreitamente vinculado ao de independência. As comemorações do centenário da independência (1922), para além das cerimônias oficiais próprias às efemérides, fomentou os trabalhos de localização e publicação de documentos que lançaram novas luzes e estimularam as pesquisas sobre esse episódio de nossa história. Além do mais, o retorno às origens ensejou os estudos sobre a expansão geográfica do Brasil e a construção do mito bandeirista.

Por outro lado, ainda não dispúnhamos de metodologia arquivística capaz de orientar as atividades técnicas de organização documental. Mesmo quando preocupados em tornar acessíveis os acervos, como ocorreu no Arquivo Municipal nos anos 20 e 30, os arquivistas eram induzidos a equívocos muitas vezes irreparáveis por se utilizarem de métodos próprios à biblioteconomia dispendendo enormes esforços para dispor em ordem cronológica, “coleccionar” e “catalogar” os documentos de Arquivo. Essa organização documental, historicamente situada, contribuiu decisivamente para a conservação e o controle dos acervos, mas não foi capaz de recuperar os documentos nos seus contextos de produção, nas relações orgânicas que mantêm entre si, no exercício das funções pelas quais foram gerados, tal como preconiza a moderna arquivística.

(14) Os dois números iniciais reúnem documentos de 1602-1642 e 1639-1728. A publicação da série foi retomada em 1937. Com intervalos e numeração irregulares foram publicados 6 volumes, o último em 1944.

(15) Ao todo foram publicados 6 volumes, no período 1923/1955, reunindo documentos de 1693/1822.

(16) Cf. Rolf NAGEL - A contribuição dos arquivos à pesquisa e o estímulo à produção intelectual. *Arquivo Rio Claro*, S. P., v. 8, nº 1, jan. 1989, p. 19.

De qualquer forma, está ainda por ser feita uma reflexão mais ampla sobre o significado histórico e o impacto historiográfico causado pela publicação dos documentos dos arquivos públicos paulistas, principalmente a partir de 1914. Ao fazer um balanço do pensamento histórico no Brasil durante a primeira metade de nosso século, afirmou Sérgio Buarque de Holanda que a divulgação desses documentos foi capaz de “abrir novo sulco para estudos de história social ou econômica e não apenas política, bélica e genealógica” como se produzira até então. A publicação das séries documentais dos Arquivos Municipal e Estadual, por iniciativa de Washington Luís - “ele próprio historiador e atento ao valor das fontes manuscritas” - representou o impulso mais decisivo, nesse sentido:

“À impressão desses valiosos documentários deve-se o surto de estudos sobre o passado paulista, especialmente sobre a expansão geográfica do Brasil colonial. Sem os **Inventários e Testamentos** não teria sido possível um trabalho como o de Alcântara Machado sobre a **Vida e Morte do Bandeirante**, publicado em 1930. E sem os textos municipais mal se conceberiam os valiosos estudos de Afonso d’E. Taunay sobre São Paulo no século XVI, prolongados depois em sua história da vila e da cidade de São Paulo. O acesso mais fácil a esses documentos permitiu, além disso, os numerosos trabalhos de reconstituição e revisão da história paulista e das bandeiras, empreendidos por Washington Luís, Basílio de Magalhães, Paulo Prado, Ellis Junior, Américo de Moura, Carvalho Franco, Cassiano Ricardo, Aureliano Leite, Nuto Sant’Ana e muito especialmente Afonso d Taunay, cuja opulenta **História Geral das Bandeiras Paulistas** começou a publicar-se em 1924 e só se completou neste ano de 1951, abrangendo ao todo onze copiosos volumes”¹⁷

De fato, a potencialidade informativa das **Atas** e do **Registro Geral** da Câmara Municipal de São Paulo atraiu a atenção de Afonso de Taunay que passou a utilizá-las como fontes básicas em suas extensas pesquisas sobre a história da Cidade. O historiador tinha consciência do ineditismo de seu empreendimento no contexto da historiografia brasileira:

“Não houve, com efeito, nas nossas letras históricas, quem empreendesse uma reconstituição, no gênero da que procuramos

(17) Sérgio Buarque de HOLANDA - O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1951.

realizar: ressuscitando grande cópia de fatos inteiramente inéditos".¹⁸

Taunay sabia que a revisão ou ampliação do conhecimento de muitos temas dependia da incorporação de novos conjuntos documentais aos estudos históricos. Dedicou-se, pois, a um trabalho de base empenhando-se, compulsivamente, no levantamento, crítica e divulgação das fontes, assim como, nas reedições de obras raras sobre o Brasil Colonial, dentre as quais as de Frei Gaspar da Madre de Deus, André João Antonil e Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Uma de suas realizações mais significativas, nesse sentido, foi a cópia dos documentos relativos à história de São Paulo que se encontravam no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, os quais foram publicados nos tomos I, II, e V dos **Anais do Museu Paulista**¹⁹. Como diretor do Museu, iniciou, em 1922, a publicação dos **Anais**, direcionados, exclusivamente, à História e que se transformaram em canal de divulgação de suas extensas pesquisas sobre São Paulo.

Os documentos históricos impressos desencadearam um movimento historiográfico sem precedentes. Deles se utilizou Alfredo Ellis Júnior para compor sua obra **Raça de Gigantes**, publicado em 1926. Com **Vida e Morte do Bandeirante**, editado em 1929, Alcântara Machado iniciou o estudo da história social do Brasil, antecipando-se a Gilberto Freyre, ao demonstrar a "importância da influência cultural na formação e no desenvolvimento do bandeirismo"²⁰. Preocupações de natureza diversa das predominantes na historiografia do século XIX, anunciavam uma nova orientação à pesquisa histórica:

"Reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas. Conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituir a verdadeira trama da vida nacional. Não passam de incidentes; e, o que é mais, são o produto de um sem-número de fatores ocultos que os condicionam e explicam.

(18) Affonso d'Escragnolle TAUNAY - Duas Palavras. **São Paulo nos Primeiros Anos (1554-1601). Ensaio de Reconstituição Social**. Tours, Imprensa de E. Arrault et Cie, 1920, p. VIII.

(19) Esses volumes foram impressos, respectivamente, em 1922, 1925 e 1931.

(20) Cf. Sérgio MILLIET em Introdução ao livro de Alcântara MACHADO **Vida e Morte do Bandeirante**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: USP, 1980, (Reconquista do Brasil; nova série; v. 8).

O conhecimento do que o homem tem realizado no combate diuturno que desde as cavernas vem pelejando para melhorar-se e melhorar o meio em que vive, tal o objetivo essencial da história. Como poderemos atingi-lo se concentrarmos toda a atenção em meia dúzia de figuras, esquecendo o esforço permanente dos humildes, a silenciosa colaboração dos anônimos, as idéias e os sentimentos das multidões?"²¹.

Esse questionamento da "história oficial", empenhada na valorização de heróis e comprometida com os interesses das classes dominantes, levou a uma preocupação crescente com a História Social. Os deslocamentos temáticos para a escravidão, o preconceito, os movimentos sociais, os marginalizados, foram acompanhados da incorporação de novas fontes aos estudos históricos como, por exemplo, os papéis antigos de família, os anúncios de jornais, os inventários e testamentos, que contribuíram na reconstituição do cotidiano social e na apreensão do imaginário coletivo.

Na década de 30, os arroubos estéticos e intelectuais que marcaram a atuação da elite ilustrada dos anos 20, acabaram orientando a execução de projetos de grande alcance cultural e político: a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política e da Universidade de São Paulo, a publicação da **Revista do Arquivo Municipal** e a criação do Departamento de Cultura e de Recreação.

Com a fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, o Departamento de História passou a atuar num espaço antes ocupado pelo Instituto Histórico. Seria razoável supor que o Instituto, por suas próprias origens profundamente comprometido com a preservação do patrimônio documental e a pesquisa empírica, se firmaria como o aliado preferencial dos novos historiadores profissionais. No entanto, o que se verificou foi um distanciamento entre as duas instituições ainda que as contribuições do Instituto Histórico na elaboração de instrumentos de trabalho alavancassem as pesquisas acadêmicas.

Houve, por vezes, uma inclinação para se associar a origem **oficial** dos documentos produzidos pelas administrações públicas com certa orientação **positivista**, predominante na investigação histórica do século passado. Esse equívoco, decorrente de um suposto condicionamento entre a proveniência das fontes e a tendência político-ideológica do trabalho historiográfico, foi responsável por sérios prejuízos tanto ao trabalho arquivístico quanto à pesquisa histórica.

(21) Alcântara MACHADO - op. cit., p. 29.

No que se refere à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, é lícito afirmar que ela não promoveu, de imediato, uma renovação nos estudos históricos. Será por volta dos anos 50 que despontarão as produções acadêmicas mais expressivas. Embora possuindo diferenças teóricas, temáticas e de estilos, elas se assemelham na tentativa de libertar-se tanto da perspectiva mitológica e bandeirista dos Institutos Históricos quanto de uma orientação puramente factualista, oferecida pelo positivismo científico²². Também de 1934, como se sabe, é a criação da **Revista do Arquivo Municipal**, que se constituiu num importante veículo de divulgação das pesquisas desenvolvidas na Escola Livre de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo, especialmente nos campos da história, sociologia e etnografia.

Como desdobramento do projeto político-cultural adotado pelo interventor do Estado, Armando de Salles Oliveira, o prefeito Fábio Prado criou, em 1935, o Departamento de Cultura e de Recreação²³, cuja direção coube a Mário de Andrade. Como Diretor do Departamento e Chefe da Divisão de Expansão Cultural, Mário pôs em prática um projeto inovador que, em linhas gerais, pretendia preservar o patrimônio histórico e democratizar a cultura. Assim, surgiram as Bibliotecas Circulantes, a Discoteca Municipal, os Parques Infantis, a “Sociedade de Etnografia e Folclore”; popularizaram-se os espetáculos do Teatro Municipal e organizou-se o 1º Congresso de Língua Nacional Cantada; promoveram-se as pesquisas sociológicas, voltadas sobretudo para o padrão de vida da classe operária e a assistência social no Município; realizaram-se os concursos históricos com o objetivo de incentivar a pesquisa e divulgar os documentos de “valor histórico”, custodiados pela Divisão de Documentação Histórica e Social, que daria origem ao atual Arquivo Histórico Municipal.²⁴

Diante dessas realizações, o próprio Mário de Andrade observou, em 1937: “São Paulo entrou ultimamente numa corrida que.

(22) Cf. Carlos Guilherme MOTA - *Ideologia da Cultura Brasileira* (1933-1974); pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo, Ática, 1977 (Ensaios, 30), p. 24-34.
 (23) O Ato nº 768, de 10 de janeiro de 1935, criou o Departamento de Cultura e o Ato nº 861, de 30 de maio, o regulamentou, definindo o alcance da intervenção municipal no circuito das manifestações e realizações culturais.

(24) Os expedientes administrativos (processos), produzidos pelo Departamento de Cultura durante a gestão Mário de Andrade (1935-1938) estão sendo rastreados no Arquivo Geral de Processos da Secretaria Municipal da Administração e recolhidos ao Arquivo Histórico Municipal, onde se encontram à disposição do público. Esses documentos podem nos revelar aspectos inusitados do projeto cultural gestado nos anos 20 e que orientou a atuação de Mário como administrador público, à frente do Departamento de Cultura, na década de 30.

por felicidade, não é armamentista, é cultural. Agora não pode mais parar...”²⁵.

Com o impulso dos estudos históricos e o incremento da produção acadêmica, os professores do Departamento de História da Universidade de São Paulo passaram a publicar, a partir de 1950, a **Revista de História**. Logo no seu segundo número, o Diretor, Eurípedes Simões de Paula, endereçou um apelo a todos os professores de História dos estabelecimentos oficiais paulistas para que iniciassem um trabalho de arrolamento das fontes primárias das cidades do interior, especialmente dos arquivos das Câmaras Municipais, até então totalmente desconhecidos. Ainda nessa ocasião, comprometeu-se a divulgar na **Revista** o resultado das pesquisas que lhe fossem enviadas²⁶. De fato, o resultado não foi o esperado pois, até 1962, apenas 11 trabalhos foram publicados.

São considerados marcos fundamentais para a Arquivologia moderna a criação, em 1948, do **Conselho Internacional de Arquivos** (CIA) e a realização, em 1950, em Paris, do **Primeiro Congresso Internacional de Arquivologia**, ocasião em que arquivistas do mundo todo tiveram oportunidade de discutir questões metodológicas e técnicas pertinentes ao seu trabalho²⁷. Esse debate, ao que parece, estava ganhando terreno entre nós pois, em 1952, José Honório Rodrigues lançou **A Pesquisa Histórica no Brasil**²⁸, obra síntese, de referência para o pesquisador, que reúne informações sobre arquivos, bibliotecas, obras e autores, guias e periódicos, do Brasil e do exterior. Nessa ocasião, apresentou a proposta de criação do **Instituto Nacional de Pesquisa Histórica**. Segundo o autor, esse Instituto teria por finalidade essencial “promover e estimular a pesquisa histórica oficial e pública no Brasil e no estrangeiro, planejando a organização dos instrumentos do trabalho histórico, inventariando e reproduzindo os papéis históricos do Brasil e relativos ao Brasil, existentes no estrangeiro, e preparando a formação profissional de historiadores e pesquisadores de história”²⁹. Consta,

(25) Carta de Mário de Andrade a Paulo Duarte, publicada em Paulo DUARTE - **Mário de Andrade por ele mesmo**. Prefácio de Antonio Cândido. Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo-SMC, 1985, p. 153.

(26) Cf. **Revista de História**, vol. I, nº 2, abril-junho de 1950, p. 259-261.

(27) Um balanço sumário dos Congressos Internacionais de Arquivologia foi realizado por Heloísa Liberalli BELLOTTO - A Profissão de Arquivista na era da informação: Montreal 1992. **Boletim da AAB/SP**, nº 8, maio-ago. 1991.

(28) José Honório RODRIGUES - **A Pesquisa Histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952.

(29) Idem - **A Pesquisa Histórica no Brasil**, 4ª ed. rev. e atualizada, acrescida de dois posfácios. São Paulo: Ed. nacional, 1982, p. 239.

ainda, dessa proposta, idéias como a de que a pesquisa deveria ser definida em termos de serviço público, planejada e ordenada, e da criação das carreiras de historiador e pesquisador.

Apesar da grande repercussão, nenhuma medida foi tomada no sentido de viabilizar este projeto. Todavia, começava a se difundir a idéia de que as limitações da pesquisa científica vinculam-se intrinsecamente à problemática maior das instituições arquivísticas que não dispõem de recursos materiais e humanos para resolver questões essenciais como a avaliação, destinação e processamento técnico dos documentos produzidos pelo setor público.³⁰

Nos anos 50, os pesquisadores já reconheciam as interfaces da prática arquivística com a historiografia, abordando o tratamento documental como atividade complementar ao trabalho analítico:

“Não há historiografia amadurecida sem pesquisa, mas também não há pesquisa sem os seus instrumentos de trabalho, porque só eles permitem o amplo conhecimento das fontes e do material bibliográfico. (...)”

Portanto, para que uma historiografia cresça e se torne adulta é indispensável e urgente facilitar a pesquisa, favorecendo o estudioso com os instrumentos, que são especialmente os catálogos, índices e bibliografias”.³¹

Ao assumir a direção do Arquivo Nacional, o historiador José Honório Rodrigues deu início, a partir de 1958, às séries **Publicações Técnicas e Instrumentos de Trabalho**, a fim de divulgar uma bibliografia especializada em arquivos e orientar o usuário em suas pesquisas. Fato marcante foi a tradução de clássicos da literatura arquivística, até então inacessíveis, como as obras do renomado arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg.

Um movimento de dimensão internacional para localizar e divulgar documentos relevantes sobre a história de São Paulo ocorreu em 1954, por ocasião das comemorações do IV Centenário da fundação da Cidade. Uma realização significativa, nesse sentido, foi a do Instituto

(30) Ao observamos, por exemplo, que o Arquivo Histórico do Município de São Paulo (DPH/Secretaria Municipal de Cultura) não teve ainda condições de recolher do Arquivo Geral de Processos (DAF-4/Secretaria Municipal da Administração) e colocar à disposição do público os documentos produzidos pela administração municipal desde 1912, constatamos o quanto está desfalcada a história de São Paulo no século XX.

(31) José Honório RODRIGUES - **A Pesquisa Histórica no Brasil**, p. 247

Histórico e Geográfico Brasileiro de catalogar os documentos sobre São Paulo existentes no seu Arquivo. Em nota explicativa à edição, dizia José Pedro Leite Cordeiro:

“(…) Inicialmente, portanto, no seu trabalho, o historiador deve determinar onde se encontram as fontes. Delas, o mais vasto manancial existe, em regra, nos arquivos públicos ou particulares, onde é tal, por vezes, a quantidade de documentos existentes e não catalogados, que o pesquisador, se não desanima logo de início, não os verifica por completo ou leva uma existência a procurá-los e selecioná-los. Urge, pois, que o material existente nos arquivos seja catalogado”.³²

A Biblioteca Nacional também publicou um catálogo com documentos relativos a São Paulo. Naquela ocasião, o diretor da **Divisão de Obras Raras e Publicações**, José Honório Rodrigues, explicou:

“A Biblioteca Nacional, prosseguindo no seu plano de trabalho elaborado desde 1946, de divulgar aos poucos, as riquezas do seu acervo, especialmente manuscrito, apresenta, nesta separata, o Inventário de documentos relativos a São Paulo, cujo IV Centenário se comemora este ano”.³³

Outra iniciativa de envergadura foi a edição de documentos sobre a história de São Paulo existentes em arquivos portugueses, organizada e prefaciada por Jaime Cortesão³⁴. A preocupação do historiador foi a de “reunir uma coleção de documentos que formem um todo orgânico” e “proporcionar aos historiadores ou simples estudiosos da história, textos de confiança”. Nessa mesma oportunidade, organizou a “**Exposição de História de São Paulo no Quadro da História do Brasil**”, dividida em nove seções, apresentando vultosa documentação, em grande parte inédita, desde o século XVI até o período republicano.³⁵

(32) **Catálogo dos documentos sobre São Paulo existentes no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. S. P.: Comissão do IV Centenário, 1954, 354 p., p. 3.

(33) **Catálogo de Manuscritos sobre São Paulo existentes na Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional (Divisão de Obras Raras e Publicações)/Ministério da Educação e Cultura, 1954.

(34) Jaime CORTESÃO (org.) - **Pauliceae Lusitana Monumenta Historica**. Introdução de Jaime Cortesão, Ed. Comemorativa do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. Lisboa, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, 1956, 2 v. em 3, 528p.

(35) Sobre a organização e repercussão da Exposição, consultar Daise Aparecida OLIVEIRA, Liliâne S. L. BARROS e Celina YOSHIMOTO - Jaime Cortesão e o IV Centenário da Cidade de São Paulo. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)/**Anais da IV Reunião**. São Paulo, 1985.

Na década de 60, merecem destaque três conquistas de inestimável importância para os estudos históricos em São Paulo: a criação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) e do Centro de Documentação Histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Em 1961, na cidade de Marília, 27 anos após a criação das Faculdades de Filosofia, realizou-se o primeiro encontro, de âmbito nacional, dos professores de História. Essa primeira reunião foi totalmente dedicada ao ensino mas nos encontros posteriores nota-se uma crescente preocupação com a pesquisa. Nos simpósios da ANPUH de 1965, 1967 e 1969, consecutivamente, constava como eixo temático para as aulas teóricas e os seminários as “**Fontes Primárias para a História**”³⁶. As comunicações apresentadas sobre esse tema foram, posteriormente, publicadas na **Revista de História**.

De fato, o projeto de arrolamento das fontes, lançado em 1950 por Simões de Paula foi retomado com vigor pela ANPUH, a partir de 1962. Em fevereiro de 1963, realizou com a Sociedade de Estudos Históricos, na capital, um **Curso de Férias** para professores de História, vinculado ao Serviço de Expansão Cultural do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, sobre **As Fontes Primárias para a História no Estado de São Paulo** que contou com 180 professores inscritos.³⁷

A **Revista de História** continuou publicando, sistematicamente, de 1963 a 1971, os arrolamentos de fontes das cidades do interior num total de 15 trabalhos. Dentro do mesmo espírito, passou a divulgar os arrolamentos de fontes primárias realizados em outros Estados.

No início de 1962, o professor Sérgio Buarque de Holanda encaminhou ao Diretor da FFCL/USP, a proposta de criação de um **Instituto de Estudos Brasileiros**, talvez inspirado na idéia do **Instituto Nacional de Pesquisa Histórica** apresentada dez anos antes por J. H. Rodrigues. A proposta foi aprovada e a Portaria GR/nº 5, de 9 de janeiro de 1963, regulamentou o Instituto.

A sua finalidade básica era promover “a investigação, em seus múltiplos aspectos, da realidade brasileira no passado e no presente”. Para

(36) Um roteiro sucinto dos simpósios da ANPUH foi esboçado por J. R. do Amaral LAPA - Alguns Problemas da Atual Historiografia Brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 11, USP, S. P., 1972, p. 19-38.

(37) Cf. Maria Regina da Cunha RODRIGUES - As fontes primárias para a História no Estado de São Paulo. **Revista de História**, vol. XXVI, nº 53, ano XIV, 1963.

atingir esse objetivo, o IEB utilizaria várias estratégias, entre elas, a de “encaminhar alunos e ex-alunos no levantamento da documentação, em especial em bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros, orientando-os na sua utilização”.³⁸

Com o passar do tempo, ao que parece, o IEB afastou-se um pouco dessa intenção inicial, dedicando-se mais a organizar seu arquivo e biblioteca, enriquecidos com importantes Coleções e Fundos Particulares.³⁹

A partir de 1966, passou a circular periodicamente a **Revista do IEB**, cuja marca, a interdisciplinaridade, resgatava um dos objetivos fundamentais do Instituto, qual seja, o de associar disciplinas assegurando a convivência de professores, alunos e investigadores, dos mais diversos campos do conhecimento, que tematizavam a realidade brasileira.

Na área universitária, outra iniciativa de relevo foi a criação, também em 1966, do Centro de Documentação Histórica da FAPESP (atual CAPH), instalado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O Centro foi criado com duas funções bem distintas: “a de salvaguardar o acervo documental histórico dos arquivos públicos e particulares, dispersos pelo Brasil, e de auxiliar tecnicamente através de suas máquinas e de uma equipe especializada, os pesquisadores interessados”. Nesse sentido, procurou-se reunir e elencar documentos primários de interesse à pesquisa histórica, reunir os mais diversos instrumentos de pesquisa de arquivos, museus e bibliotecas e proceder à microfilmagem de conjuntos documentais ameaçados⁴⁰. Em 1968, os dois primeiros planos de pesquisa foram iniciados: o de catalogação dos periódicos da Hemeroteca “Júlio de Mesquita” do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo⁴¹ e o de microfilmagem do acervo documental do Museu das Bandeiras da Cidade de Goiás.

Em 1970, foi realizado um encontro de diversas autoridades, convocadas pelo Ministério da Educação e Cultura, no qual foi firmado o

(38) Cf. IEB - Regulamento, Histórico, Organização. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 1, 1966, p. 183 e segs.

(39) Veja-se, por exemplo, a Biblioteca Almeida Prado, a Coleção Lamego, os arquivos de Guimarães Rosa, de Fernando de Azevedo, de Mário de Andrade, Graciliano Ramos, etc.

(40) Cf. Dulce H. P. RAMOS e Raquel GLEZER - O Centro de Documentação Histórica da Fundação da Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo. **Revista de História**, nº 72, vol. XVIII, 1967, p. 597-599.

(41) Esse trabalho resultou na tese de doutoramento de Ana Maria de Almeida CAMARGO - **A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho: Catálogo da Hemeroteca Júlio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. FELCH/USP, 1975, 9 vols.

Compromisso de Brasília, com vistas à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Apesar de dedicar maior atenção às obras de arte, constam do documento resoluções que incidem sobre a problemática dos arquivos em dois planos: o da formação de pessoal especializado, com a proposta de criação de cursos de “arquivologistas”, e o da defesa do acervo arquivístico⁴².

Esse documento foi discutido na Reunião da SBPC/ANPUH realizada em Curitiba, em julho de 1971, durante uma mesa redonda sobre o estado da pesquisa histórica no Brasil. A primeira conclusão a que chegaram foi a seguinte:

“O Problema básico da pesquisa histórica no Brasil está na situação deplorável em que se encontram os seus arquivos. Daí o apelo formulado para a concretização de uma política nacional de Arquivos e de um Projeto Nacional de Levantamento e Arrolamento de Arquivos”.⁴³

Em setembro do mesmo ano, no **Encontro Internacional de Estudos Brasileiros** e I Seminário de Estudos Brasileiros promovido pelo IEB, a pesquisa histórica no Brasil também foi tema dos debates. No final, aprovaram-se várias moções e propostas em relação à situação dos arquivos do país, em geral, no sentido de incentivar a criação de arquivos municipais, concentrar esforços na defesa do patrimônio arquivístico e dinamizar o treinamento de pessoal.⁴⁴

Ainda em 1971, os profissionais da área de arquivos, já bem mais fortalecidos, fundaram a **Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)**. No ano seguinte, foi realizado o **I Congresso Brasileiro de Arquivologia**, no Rio de Janeiro, com o objetivo de formular propostas em torno da formação profissional, da regulamentação da profissão e de uma legislação nacional de arquivos.

A atuação vigorosa dos profissionais de arquivo era no sentido de demonstrar a estreita vinculação entre desenvolvimento e cultura, eficiência administrativa e organização documental. Dizia José Pedro Esposel, presidente da AAB, em 1973:

(42) Ver o artigo de Luís SAIA - O Compromisso de Brasília. *Revista de História* nº 84, vol. XLI, ano XXI, 1970. As resoluções que incidem sobre a questão do patrimônio documental são as de número 7 e 11, respectivamente.

(43) Citado por Cecília Maria WESTPHALEN e Jair MEQUELUSSE - O Estado Atual da Pesquisa Histórica no Brasil. *Revista de História*, vol. XLIII, nº 88, ano XXII, 1971, p. 160.

(44) Cf. *Anais do Instituto de Estudos Brasileiros*, vol. II, setembro de 1971, p. 160.

“Arquivo é matéria de infra-estrutura consciente.

Produtividade e cultura são temas da ação revolucionária e não podem prescindir, realmente, da ordem sistematizada. O progresso material se planifica na criação, fluxo e racional aproveitamento da massa documental que lhe é inerente. A cultura se mede na proporção em que a pesquisa científica é exercitada.

Os arquivos são instrumentos do progresso e fontes essenciais de pesquisa.”⁴⁵

A criação dos cursos superiores não tardou com o parecer favorável do Conselho Federal de Educação, de 1972. Em 1974, surgiu o curso da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), em 1976, o da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, em 1977, o da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (UFSM)⁴⁶. Em 1990, a professora Heloisa Liberalli Bellotto coordenou a implantação do mais recente curso de graduação em Arquivologia, na Universidade de Brasília (UnB).

Cabe registrar que, além de preocupar-se com a formação de novos profissionais, os arquivistas se mostraram intensamente comprometidos com a pesquisa histórica. Assim é que durante o 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1976, promoveu-se também o **1º Seminário de Fontes Primárias para a História do Brasil**. De fato, durante a abertura, um dos objetivos do Congresso foi assim enunciado pela presidente da AAB: “entrosar arquivistas e historiadores na visão conjunta de que a qualidade da pesquisa depende, em grande parte, do padrão de desempenho dos que lidam nos arquivos”⁴⁷. Os Seminários de Fontes Primárias continuaram a realizar-se, sistematicamente, nos Congressos posteriores.

Em 1978, foram regulamentadas as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo e instituído o Sistema Nacional de

(45) José Pedro ESPOSEL - **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói, RJ: Muiraquitã, 1994, p. 51. Recentemente publicado, esse livro reúne a produção do fundador da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e seu presidente nas duas primeiras gestões, nas décadas de 70 e 80, nos fornecendo o panorama dos momentos iniciais da história da Arquivologia no Brasil.

(46) Cf. Heloisa Liberalli BELLOTTO - **Ciências da Informação: Arquivologia**. CNPq - Avaliação, Perspectivas 1989. Datilografado, p. 02. É muito interessante nesse trabalho, a análise comparativa realizada pela autora entre as disciplinas e as cargas horárias dos cursos ministrados pelas três Universidades.

(47) Cf. **Anais do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia** (17 a 22 de outubro de 1976). Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), 1979, p. 15.

Arquivo - SINAR⁴⁸. Não obstante, somente em 1984, a carreira de arquivista foi criada no Serviço Público Federal. Ainda que representasse um avanço na área, o SINAR não assegurou o **ciclo vital dos documentos** desde a fase corrente pois foi planejado para atender apenas às fases intermediária e permanente.⁴⁹

Em decorrência, a implantação dos Sistemas Estaduais de Arquivo tornou-se imperativa. Em 1978, 79 e 81, foram criados os Sistemas Estaduais no Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo⁵⁰. O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo foi instituído somente em 1984, pelo Decreto nº 22.789. No ano seguinte, o Arquivo do Estado deu início a um trabalho de levantamento e análise de dados a respeito dos arquivos da administração direta a fim de orientar a implantação do Sistema.⁵¹

Nos Municípios, tem sido lenta a formulação ou aprovação de dispositivos legais que assegurem uma política de gestão dos documentos públicos. Ao que nos consta o Município de Rio Claro foi o primeiro no Brasil a instituir o Sistema Municipal de Arquivos, em 1984⁵². A Cidade de São Paulo, desde 1990, adotou uma proposta para a implantação do Sistema Municipal de Arquivos (S.A.M.S.P.) que, embora não tenha ainda sido legalmente aprovada, transformou-se em referência básica aos demais municípios brasileiros.⁵³

Por outro lado, os profissionais de arquivo estão se organizando na Cidade. No final de 1985, começou a funcionar, regularmente, o **Núcleo Regional da AAB** em São Paulo. No ano seguinte, a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo promoveu o **I Curso de Especialização em Organização de Arquivos**, que passou a ser realizado, nos anos

(48) A Lei nº 6.546, de 4 de julho, e o Decreto nº 85.590, de 6 de novembro de 1978, regulamentaram, respectivamente, as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo; o Decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978, instituiu o SINAR. Cf. **AAB - Arquivologia; textos e legislação**, Rio de Janeiro, 1979, 52 p. (Publicações da AAB, v. 1). Para uma abordagem crítica do Sistema Nacional de Arquivo orientada pela análise dos fatores e circunstâncias que contribuíram para sua criação, consultar o artigo de Maria do Carmo Seabra Melo FERNANDES - O Sistema Nacional de Arquivo. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, 7 (3): 7-15, set./dez. 1979.

(49) O **ciclo vital dos documentos** é preconizado pela **Teoria das três idades**, segundo a qual os documentos de arquivo, desde sua produção até sua destinação final, devem passar por três fases distintas e sucessivas: corrente, intermediária e permanente.

(50) Cf. Nilza Teixeira SOARES - **Arquivologia: Avaliação e perspectivas**. Brasília, CNPq, 1982, p. 95-96.

(51) Os resultados de dois anos de pesquisa foram reunidos na publicação **Diagnóstico da situação dos Arquivos do Estado de São Paulo: órgãos da administração direta sediados na capital**. São Paulo, Arquivo do Estado, 1987.

(52) Lei Municipal nº 1883, de 29 de março de 1984. O Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro foi criado pela Lei nº 1573, de 11 de novembro de 1979. **Arquivo do Município de Rio Claro: legislação**. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, 1985.

(53) Cf. Daise Aparecida OLIVEIRA - Sistema de Arquivos para o Município de São Paulo - S. A. M. S. P. **Revista do Arquivo Municipal** nº 199. São Paulo, D. P. H., 1991.

seguintes, em conjunto com o Instituto de Estudos Brasileiros. Nesse mesmo período, o Arquivo do Estado associou-se à Pontifícia Universidade Católica (PUC) a fim de promover cursos de introdução à arquivologia.

Finalmente, em 1991, foi aprovada a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, amplamente debatida no mês de agosto, em mesa redonda realizada no **Congresso do Patrimônio Histórico** promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.⁵⁴

A lei ainda não foi regulamentada e apresenta dificuldades especialmente quanto ao sigilo dos documentos públicos. Essa restrição de acesso, cujos prazos mínimos não foram definidos, remetem para noções abstratas e complexas como as de “segurança” da sociedade e do Estado e “inviolabilidade” da vida privada.⁵⁵

Cabe registrar, ainda, que as Universidades têm, cada vez mais, se ocupado com as questões arquivísticas não apenas porque reconhecem a relação direta que mantêm com a pesquisa científica mas também porque desejam aperfeiçoar seus próprios serviços de informação e de organização documental a fim de garantir, simultaneamente, a eficiência administrativa e a preservação da memória institucional. Um passo decisivo, nesse sentido, foi dado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) ao implantar seu Sistema de Arquivos, em 1989, e promover, em 1991, o **I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**.⁵⁶

A implantação de **sistemas de arquivo** é, na verdade, a maneira segura de garantir que o documento faça seu percurso natural da administração à história, tal como recomendam os arquivistas. Nesse processo, é de vital importância a atuação dos profissionais de apoio à pesquisa, responsáveis pela preservação e organização documental, especialmente na sociedade contemporânea em que o acesso à **memória**, mais do que condição ao bom encaminhamento da historiografia, significa exercício pleno da cidadania.

(54) Uma das moções aprovadas pela sessão plenária do Congresso foi no sentido de solicitar ao Poder Executivo Federal “para que seja regulamentado o artigo 23 da Lei nº 8.159, que fixará as categorias de sigilo a serem obedecidas pelos órgãos públicos na classificação dos documentos por eles produzidos”. Cf. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo, 1992, p. 233.

(55) As ambigüidades propostas pelo binômio acesso/sigilo referentes aos documentos públicos foram oportunamente analisadas, à luz de autores diversos, por Ana Maria de Almeida CAMARGO - Informação, documento e arquivo: o acesso em questão. **Boletim** nº 11, Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo. São Paulo, maio-ago. 1993.

(56) Para um contato maior com esse trabalho pioneiro que a UNICAMP desenvolveu na organização de arquivos universitários, consultar **Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**, 04 a 06 de novembro de 1991. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992.